

Modernidade e barbárie: as análises de Walter Benjamin sobre o fascismo alemão

Rafael Vieira

Resumo: Ao contrário de uma parcela da esquerda alemã que em certa medida demorou a perceber a ameaça fascista, a ascensão da extrema-direita na Alemanha esteve no campo de visão de Walter Benjamin desde o início dos anos 1920. Essa discussão informa o quadro teórico-contextual de um de seus textos mais discutidos recentemente, a “Crítica da Violência – Crítica do Poder”, que pode ser lido como uma defesa da continuidade da revolução alemã diante dos perigos da contrarrevolução em curso desde 1918 e que se prolongava. Em cartas da década de 20 e em alguns textos a discussão aparece de forma transversal, mas é numa resenha crítica sobre uma coletânea organizada por Ernst Jünger que o tema ganha uma elaboração teórica mais aprofundada. Forçado ao exílio em 1933, o caráter crítico-interventivo de seus escritos acentua-se, procurando elaborar conceitos estéticos não apropriáveis pelo fascismo simultaneamente à reflexão sobre a necessidade dos intelectuais abandonarem suas posições resignadas e unirem-se à luta do proletariado, em sua avaliação a única capaz de combater eficazmente o fascismo. Em um ensaio, o fascismo é visto como a liberação das forças destrutivas produzidas por uma civilização burguesa em crise de forma a manter o processo de acumulação em funcionamento, e a reflexão sobre esse fenômeno, assim como sobre a concepção de história que o informa, reaparecerá em diversos textos pós-33 e em suas teses “Sobre o Conceito de História” de 1940. Assim sendo, o objetivo desse trabalho será discutir as análises de Walter Benjamin sobre o fascismo alemão.

Palavras-chave: Walter Benjamin, Modernidade, Barbárie

Modernity and barbarism: Walter Benjamin's analysis on German Fascism

Abstract: On the contrary of a part of German left that took a long time to perceive the fascist threat, the rise of the extreme-right in Germany was in Walter Benjamin's sight since the early 1920s. This discussion informs the theoretical and historical framework of one of his well-knowned essays, the "Critique of Violence", which can be readed as a defense of the continuity of the German revolution in the face of the perils of the counterrevolution that had started in 1918 and which continued during the next years. In letters from the 1920s and in some texts the discussion appears transversely, but it is in a critical review of a collection organized by Ernst Jünger that the theme gains a more profound theoretical elaboration. Forced to exile in 1933, the activist dimension of his writings is accentuated, at the same time that Benjamin seeks to elaborate aesthetical concepts that couldn't be appropriated by fascism. Benjamin also tried to think over the necessity for intellectuals to abandon their resigned positions and to join the struggle of the proletariat, in his evaluation the only force capable of effectively defeat fascism. In one essay, fascism is seen as the liberation of the destructive forces produced by the bourgeois civilization in crisis in order to keep the process of accumulation functioning. The reflection on this phenomenon, as well as on the conception of history that informs it, will reappear in several post-33 texts and in his theses "On the Concept of History" of 1940. In this sense, the objective of this work will be to discuss Walter Benjamin's analysis of German fascism.

Keywords: Walter Benjamin, Modernity, Barbarism

I

Ao contrário de uma parcela da esquerda alemã que em certa medida demorou a perceber a ameaça fascista (WIZISLA, 2013, p.143), a ascensão da extrema-direita na Alemanha esteve no campo de visão de Walter Benjamin desde o início dos anos 1920. A análise dos perigos da mesma se dá simultaneamente ao processo em que Benjamin se propõe a refletir sobre temas políticos e conjunturais mais imediatos, indicando simultaneamente o que Scholem indica como sendo um giro “político” em seus escritos (SCHOLEM, 2008, p.99). A ascensão da extrema-direita informa o quadro teórico-contextual de alguns de seus escritos do começo dos anos 20, e aparece articulada à análise da contrarrevolução em curso na Alemanha.

Pretendo discutir no presente ensaio as análises de Walter Benjamin sobre o fascismo alemão a partir de uma análise histórico-conceitual, munido de um pressuposto benjaminiano que procura não dissociar essa imersão teórico-contextual a um outro espaço-tempo das perguntas sobre os problemas do presente e sobre o que resta daquele passado. Conhecer aquele passado é fundamental para evitar que o mesmo se repita de outras formas.

Para tanto irei dividir esse ensaio em três partes principais. A primeira dedicada a reconstruir as análises de Walter Benjamin sobre as condições históricas de formação e emergência do fascismo alemão, que se dá no bojo de uma contra-revolução na Alemanha que se distende no tempo, até sua ascensão ao poder em 1933. A elaboração teórica mais densa do período é sobretudo a resenha crítica à obra de Ernst Jünger, intitulada “Teorias do fascismo alemão” de 1930, a qual serão dedicados alguns comentários mais amplos. Já a segunda parte será dedicada a alguns de seus escritos principais sobre o tema pós-33, nos quais Benjamin simultaneamente analisa o fascismo em ação na Alemanha e faz um balanço da década de 20 no país, propondo-se a refletir sobre os erros históricos cometidos que levaram à emergência do fascismo. Por fim, a terceira parte será dedicada às considerações finais e a uma breve análise sobre a oitava tese “Sobre o conceito de História”, na qual Benjamin retoma a discussão sobre o fascismo alemão.

II

É sobretudo com a eclosão de um movimento revolucionário na Alemanha, reprimido violentamente pelo governo social-democrata e pelas classes dominantes, que se rompe o relativo isolamento de Benjamin em relação a questões políticas cotidianas durante os anos em que viveu exilado na Suíça (SCHOLEM, 2008, p.85). Esse relativo isolamento se dava numa tentativa de reconstruir sua vida junto à sua esposa Dora na Suíça, após se exilarem neste país para tentar escapar ao alistamento compulsório que se estendia a parcelas cada vez mais amplas da população alemã. Benjamin e Dora, que militavam anos anteriores à guerra no Movimento da Juventude (*Jugendbewegung*), rompem com esse movimento após a adesão das maiores frações e lideranças do mesmo à Primeira Guerra Mundial. Ambos assim se afastam de uma parte de seus vínculos sociais e políticos, e Benjamin também procurava se recuperar do impacto subjetivo (BENJAMIN, 2005, p.607) causado a ele pelo suicídio de Fritz Heinle. Heinle era um amigo próximo considerado por Benjamin como um dos grandes poetas de seu tempo, e se suicidou em função do desespero diante da guerra e da carnificina que a ela se sucedeu.

A revolução alemã promove o rompimento desse isolamento relativo nos anos suíços, e é recebida por Benjamin com entusiasmo, assim como a Revolução Russa que passa a entrar mais em seus debates cotidianos com Scholem e depois com Hugo Ball e Ernst Bloch nesse período. Tais eventos são fatores importantes para perceber esse “giro político” em relação a questões conjunturais em seus escritos, que amadurece no ano de 1919 e se expressa com clareza em 1920, em um conjunto de notas, fragmentos e no ensaio mais amplo “Crítica da Violência – Crítica do Poder”. O impacto promovido pela revolução alemã é identificado por alguns comentadores atentos a esse teor conjuntural presente em seus textos do início dos anos 20 (GAGNEBIN, 2014, p.54; LÖWY, 2008, p.166; BOLLE, 1994, p.17).

Assim como a “Crítica da Violência – Crítica do Poder”, alguns de seus fragmentos do período passam a elaborar sobre o tema da revolução (BENJAMIN 2012 [1918], p.27-28; GS VI, p.91-92; BENJAMIN, 2004 [1920], p. 231-234), e podem ser lidos como uma defesa da continuidade da revolução alemã. Como lembra Pierre Brouè, no início de 1920 havia entre a esquerda alemã que não havia se rendido à política de compromissos do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) a consciência difusa de que o ciclo de lutas aberto em novembro de 1918 ainda estava aberto, embora o momento de

maior radicalização do movimento dos trabalhadores que perdura até abril de 1919 fora derrotado pelas forças contrarrevolucionárias comandadas pelos majoritários do SPD e pela direita tradicional alemã em suas diferentes frações (BROUË, 2005, p.421-427).

Entretanto, com a derrota das frações mais combativas do movimento operário em abril de 19, também se abre espaço na Alemanha para a reação se organizar. É no bojo da contrarrevolução em curso na Baviera¹ que é fundado o partido nazista alemão, reunindo setores ultra-nacionalistas, militares, estudantes conservadores e setores engajados na derrota do movimento operário. Em uma conjuntura instável, acirrada pela crise econômica, a pequena-burguesia e as classes médias, temerosas do proletariado em luta e da proletarização com a crise, torna-se um dos alvos das campanhas da direita tradicional (VIEIRA, 2016, p.61). Nesse processo, setores da classe média e da pequena burguesia aceleram sua ida para o terreno da direita e da extrema-direita, com a Alemanha convivendo com aquilo que um observador atento como Ernst Troeltsch a época denominou como uma “onda de direita” (TROELTSCH, 1994 [1919], p. 99-106). “Era o caldo de cultura propício para que a 'onda de direita' que assolava o país se

1 No processo de impor limitações aos governos conselhistas coordenada entre as classes dominantes e pelo SPD em novembro e dezembro de 18, a Baviera foi uma das poucas experiências remanescentes. Encabeçado pelo social-democrata independente (USPD) moderado Kurt Eisner, na Baviera articulou-se até abril de 19 um governo parlamentar articulado à democracia conselhista. O governo reunia operários e diversas tendências e intelectuais de esquerda, e aos Conselhos de Operários e Soldados articulavam-se as tendências socialistas das Ligas Camponesas. Juntaram-se ao governo de Eisner anarquistas como Landauer, intelectuais como Ernst Toller, e o conhecido escritor Heinrich Mann, e obteve apoio do socialista judeu Martin Buber e mesmo do liberal Max Weber que participou por pouco tempo do Conselho de Operários e Soldados existente em Heidelberg. Olga Benário, aos 11 anos, vivia em Munique e aos 15 se filiou à Juventude Comunista, possivelmente influenciada pela experiência conselhista na Baviera. A região da Baviera era historicamente um reduto de governos conservadores, mas a disposição por transformações radicais fez com que a região convivesse com maciças manifestações antes e depois de novembro, e que a partir de Munique ela tenha se estendido por diversas províncias na formação de Conselhos e órgãos populares. Diversos avanços esboçados em outras partes da Alemanha foram conquistados somente na Baviera, e durante esse período os Corpos Francos foram varridos, conteve-se o armamento da burguesia, multiplicaram-se mais de seis mil conselhos que além de medidas de democratização social e política eram responsáveis pela substituição do funcionalismo público conservador bávaro por medidas de auto-gestão e autogoverno, além de se avançar na direção de medidas de socialização. Eisner foi assassinado em fevereiro, após a reorganização da burguesia, de estudantes nacionalistas e grupos de extremadireita. Seu assassinato instaura uma crise de sucessão e passa a haver um conflito intenso entre conselhos e parlamento, e até abril os Conselhos conservam força e chegam a propor uma série de medidas de governo, além de derrotar duas tentativas de extingui-los pelos grupos que defendiam o modelo parlamentar puro apoiados pelos social-democratas majoritários de Berlim e pelas classes dominantes. A derrota definitiva se deu quando tais grupos se associaram à Noske, reforçaram seus laços com o governo de Berlim e montaram Corpos Francos para comandar uma contrarrevolução brutal, atroz e de extrema crueldade que triunfa no início de maio. Landauer foi baleado diversas vezes durante a contrarrevolução, e como ainda respirava, foi pisoteado até a morte. Os Corpos Francos (*Freikorps*), brigada paramilitar ultranacionalista, que comandaram a contrarrevolução na Baviera posteriormente tornariam-se conhecidos membros do alto escalão do governo nazista. A derrota da experiência conselhista pavimentou uma reação prolongada e distendida no tempo das forças de direita e extrema-direita, e na reorganização das forças contrarrevolucionárias nessa localidade surge em 1920 o partido nazista, fundado na Baviera. (LOUREIRO, 2005, p. 85-111).

traduzisse numa ação concreta: militares e militantes de extrema direita tentaram depor o governo, em março de 1920, com um golpe de Estado, ação que passou à história com o nome de *putsch* [golpe] de Kapp” (LOUREIRO, 2005, p.116).

A resposta dos trabalhadores à tentativa de golpe de Kapp é inequívoca: 2 dias após o golpe, no dia 15 de março, 12 milhões de trabalhadores participam da maior greve geral já vista na Alemanha até então. Criam-se milícias operárias que além de expulsarem os golpistas passam a formular uma série de reivindicações sociais e políticas: demissão de Noske, social-democrata moderado que comandava o exército na repressão ao movimento operário, e das tropas golpistas; saída das forças reacionárias da administração; medidas de socialização; desapropriação de grandes propriedades fundiárias na região; dentre outras. Tais reivindicações posteriormente seriam anuladas e o movimento que toma a forma de uma insurreição é brutalmente massacrado pelas tropas de Berlim a mando do governo social-democrata, com a ajuda dos Corpos Francos (*Freikorps*) e pelas mesmas tropas que haviam apoiado o golpe de Kapp.

Como indicam Eiland e Jennings (2014, p.130), embora tais episódios não sejam ressaltados em suas cartas, é nesse complexo contexto que é escrita a nota, hoje perdida, intitulada “Vida e violência”, que segundo Benjamin foi “arrancada do coração” (BENJAMIN, 2012 [1920], p.162). É também debatendo esses episódios que será escrito um pequeno fragmento, “O direito de usar a força/violência” (*Das Recht zur Gewaltanwendung*) (BENJAMIN, 2004 [1920], p. 231-234; GS VI, p.104-108), que serve de base para a “Crítica da Violência – Crítica do Poder”.

Nesse pequeno fragmento, Benjamin debate com Herbert Vorwerk, jurista liberal alemão que havia publicado um artigo homônimo em uma revista de setembro de 1920, a interpretação do golpe de Kapp. Só que Benjamin vai além do debate conjuntural imediato para formular teórica e filosoficamente sobre o episódio, refletindo sobre a relação entre as “lutas por existência” (2004 [1920], p.232; GS VI, p. 105) travadas pelo movimento operário, o direito, o Estado e a violência. Vorwerk escrevera tal artigo a pedido de Carl Menicke, editor do “Jornal para o Socialismo Religioso”, sobre o uso da força/violência diante do golpe de Kapp. Segundo Peter Fenves (FENVES, 2011, p.216), Vorwerk procura analisar o episódio de um ponto de vista “jurídico”, no qual adota o positivismo como ângulo de análise, e posteriormente de um ponto de vista ético. Para Vorwerk um jurista só poderia falar de um direito a partir do momento em que a ordem jurídica garante a autorização para se agir de determinada maneira. Isso seria particularmente válido no caso de uso da força/violência na qual “apenas o Estado

tem o direito de usar a força/violência” (VORWERK apud BENJAMIN, 2004 [1920], p. 231). Vorwerk recorre à Max Weber com o objetivo de ver no Estado a instituição moderna que se caracteriza por “reivindicar o monopólio do uso legítimo da violência física” (WEBER, 2010, p.56), e diante de um modelo de legitimação da dominação burocrático-legal, estaria na ordem jurídica a resposta sobre o Estado como detentor desse monopólio, rejeitando a ação dos golpistas como estando fora do direito, sendo portanto ilegal.

Embora concorde com a crítica política aos golpistas, o fundamento argumentativo de Benjamin é completamente diferente daquele assumido por Vorwerk. Benjamin critica Vorwerk por não considerar em seu campo de visão que fora o movimento operário que derrotou as forças golpistas, e não o Estado em abstrato ou o direito. A percepção de Vorwerk é equivocada politicamente e filosoficamente. Em primeiro lugar, Vorwerk desconsidera que quando o governo social-democrata requisitou o exército regular para combater o golpe, foi rechaçado pelo comando das tropas regulares, que se recusaram a atacar os golpistas. Muitas das forças golpistas faziam parte do próprio Estado (como membros do oficialato, da burocracia, do judiciário e etc) e manteriam esse posto durante a República de Weimar, atuando como sentinelas avançadas da contrarrevolução. Foram sobretudo as milícias operárias e o temor da radicalização do movimento dos trabalhadores que fizeram com que a extrema-direita fosse derrotada naquele momento em suas pretensões de golpe, e fez com que as frações da direita tradicional recuassem, pelo menos por enquanto, de atacar a República que de fato odiavam, mas que lhes era preferível ante a possibilidade no horizonte de um auto-governo dos trabalhadores (VIEIRA, 2016, p.64). Peter Fenves, ao comparar ambos os textos, indica que Benjamin assume em seu texto o ponto de vista dos grevistas para poder pensar o episódio, e ir além da crítica jurídica de Vorwerk: “Benjamin, pelo contrário, de forma inequívoca afirma apenas o último 'ponto de vista' [o dos grevistas], e ele faz isso de uma tal maneira que a ação dos grevistas poderia ser desemaranhada da suposição de que a greve foi feita a serviço do regime legal porque ela agiu contra seus adversários” (FENVES, 2011, p. 217). A exposição desse ponto de vista (o dos grevistas), seria para Benjamin uma das tarefas posteriores de sua filosofia (BENJAMIN, 2004 [1920], p.233).

Filosoficamente Vorwerk se equivoca por reduzir toda e qualquer luta a uma luta por direitos no interior do Estado constitucional (ibid p.232), e rejeitar aprioristicamente todo e qualquer uso da força/violência que não venha do Estado como ilegítima e ilegal,

justamente porque nesse processo desconsidera o ponto de vista e a luta dos grevistas. Para Benjamin, o combate às forças de Kapp não se dará e não se deu pela força moral das leis ou se daria no interior do Estado monárquico que pretendiam fundar. O único combate eficaz se dá pela disposição ativa de luta do proletariado. Benjamin não analisa o recurso à violência por parte do proletariado e das milícias operárias por parte de uma perspectiva moral que a rejeita em abstrato. Sua reflexão se situa numa perspectiva ético-política que a analisa de acordo com um espaço-tempo específico. Benjamin rejeita “uma decisão subjetiva a favor ou contra o uso da violência em abstrato” (ibid p.233), que não pode se dar no plano subjetivo-individual, mas no ético-político somente à luz de escopos específicos (GS VI, p. 106). Há aqui um complexo debate da filosofia política, de uma diferenciação epistêmica, que reaparecerá em sua “Crítica da Violência – Crítica do Poder”, entre a força/violência soberana, voltada a fundar ou manter o Estado e o regime de desigualdades que o sustenta, e a força/violência revolucionárias que põe em xeque o Estado e a reprodução da espoliação do trabalho (tais reflexões sobre o processo de trabalho é timidamente esboçada na “Crítica da Violência – Crítica do Poder”, mas será aprofundada pós-1924, quando Benjamin se engaja em relação ao marxismo).

Após a análise da emergência da extrema-direita no bojo da contrarrevolução prolongada em curso na Alemanha, o tema é retomado em 1924, sendo tanto um elemento que compõe o conjunto de referências presente em suas reflexões (o belicismo nacionalista e as disputas inter-imperialistas que marcam o quadro cultural de emergência do fascismo alemão aparece em alguns de seus escritos da época²), quanto é mencionado em uma carta à Scholem de setembro de 1924. Essa carta fora escrita durante a estadia de Benjamin na Ilha de Capri, na Itália, que coincidiu com um evento montado no local para receber o líder do fascismo italiano, Benito Mussolini. Essa carta, de 16 de dezembro de 1924, é iniciada abruptamente, cortando os assuntos contidos na carta anterior enviada por Scholem, para descrever suas impressões sobre Mussolini, num misto de desprezo e horror. É somente após descrever a estadia de Mussolini na Ilha, que Benjamin retornará a tratar dos temas que desejava discutir com Scholem. A carta se inicia da seguinte maneira:

“Mussolini pôs seus pés nessa Ilha ao meio-dia de hoje. Todo tipo de decoração festiva falhavam ao iludir qualquer um sobre a frieza pela qual as pessoas receberam o evento. As pessoas se

2 Ver o fragmento “Alarme de incêndio” em “Rua de Mão Única” e o artigo “As armas do futuro”.

surpreenderam que ele tenha vindo à Sicília – ele deve ter razões urgentes para fazê-lo – e disseram umas às outras que ele veio à Napoli cercado de seis mil agentes secretos cujo trabalho era protegê-lo. Ele não parece o conquistador de mulheres que os cartões postais querem fazê-lo parecer: corrupto, indolente e tão arrogante como se tivesse sido generosamente unguento com óleo rançoso” (BENJAMIN, 2012 [1924], p. 246).

No entanto, até 1933 a elaboração teórica mais consistente e específica sobre o fascismo alemão se dá em 1930 na resenha crítica à coletânea “Guerra e Guerreiros”, publicada por Ernst Jünger. O texto se insere num esforço teórico de Benjamin de analisar criticamente a ascensão do fascismo alemão, que cresce exponencialmente pós- crise de 29 e que assume o governo em algumas regiões alemãs. Jünger era um dos principais nomes de uma literatura belicista na Alemanha, caracterizada pela exaltação da guerra (ELIAS, 2007, p. 190-195) e em descrições apologéticas de um *ethos* guerreiro dos soldados no campo de batalha. A coletânea reunida por Jünger traz textos de ex-soldados da Primeira Guerra Mundial, e embora não tenha um padrão doutrinário uníssono, todos eles são marcados pelo misticismo e pela fetichização da guerra. Em seu texto, Benjamin irá analisar 3 traços que para ele seriam fundamentais para entender a emergência do fascismo na Alemanha: o nacionalismo, o culto da técnica e a apologia da guerra.

Jünger e seus colaboradores fazem da experiência da guerra um acontecimento estético, exaltando seu caráter mundial e fazendo do uso do uniforme um objetivo supremo, ignorando completamente as circunstâncias nas quais tal uniforme é usado³. Seu argumento é construído através da ossificação das tradições dominantes do passado e transpostas para o presente e o futuro como idealização da técnica. Ela por um lado naturaliza o tradicionalismo militarista prussiano com seus rituais, códigos de honra e hierarquias militares transpostos para o tecido social para ser elogiado por meio da literatura e da propaganda. Por outro, é característico dessa leitura uma exaltação futurista da técnica, que na Itália dialoga com o próprio movimento futurista que adere em parte ao fascismo (MARIÁTEGUI, 2010 [1925], p. 239-240). Na leitura de Benjamin, essa é praticamente uma transposição das teses esteticistas da “arte pela arte” para o domínio da guerra. A apoteose da guerra torna-se um objeto estético de primeira grandeza, belo em si.

Se a exaltação do *ethos* guerreiro por Jünger tem um papel propagandístico de

3 Reflexões inicialmente desenvolvidas em: (VIEIRA, 2016, p. 224-227)

convocação para a guerra e de difusão do pensamento conservador, nacionalista e belicista, no plano concreto a idealização daquelas relações descritas revela um caráter profundamente distorcido da realidade. Na análise dos usos recentes da própria técnica, aquela percepção típica da guerra de trincheiras revelava-se ultrapassada diante do atual estágio do armamentismo europeu, da guerra química e de gases, e dos ataques aéreos. Em 1930, Benjamin antecipava, descrevendo com horror as tendências atuais: “A guerra química se baseará em recordes de extermínio e envolve riscos levados ao absurdo. Se o início da guerra ocorrerá dentro das normas do direito internacional – depois de uma prévia declaração de guerra – é algo que ninguém sabe, mas seu término não precisará mais contar com esse tipo de barreiras” (BENJAMIN, 1986 [1930], p. 131).

Embora no plano concreto significasse a carnificina e a generalização permanente da guerra como paradigma de governo e como um dos motores da acumulação, segundo Willi Bolle a idealização da técnica e da guerra operam a articulação nacional-socialista do “nacional” e do “social” sob o princípio da tecnocracia (BOLLE, 1984, p. 97-98). Analisando as obras de Jünger, Bolle verifica que a tecnocracia como princípio unifica no fascismo a renovação estrutural do capitalismo, em sua atual fase monopolista, e o controle dos trabalhadores em estado de uniformização civil, como massa e não como classe. Por meio da metáfora do operário-soldado, o trabalhador deve sucumbir à nação, aos esforços de guerra e ser ele o insumo humano da próxima guerra. No conceito de Jünger de operário o conflito é substituído pela submissão voluntária e pela disciplina subjetiva do soldado, de forma a garantir a “paz econômica” (BOLLE, 1994, p. 229). De acordo com essa ideologia, o operário deveria trabalhar e se sacrificar, ainda mais em tempos de crise, sem se questionar para onde vai a riqueza produzida por ele. Qualquer sintoma de agressividade e irritação com esse estado de coisas deveria ser direcionadas ao inimigo como bode expiatório, o judeu e o comunista internamente, as nacionalidades inimigas externamente. Na construção do inimigo como absolutamente outro, sublima-se o nacional, e esse nacional (o detentor da raça pura) se direciona para o enaltecimento do Estado, entendido como máquina perfeita e como comungação ideal do Estado-Nação.

A guerra nesses textos aparece como forjadora de nacionalidade, reforçando o racismo interno por meio da idealização do nacional em contraposição ao outro visto como inimigo. Evocam-se ou forjam-se mitos nacionais ou individuais na figura dos heróis de guerra que em tese representariam a nação por meio de um suposto espírito guerreiro e serviriam como ponto de referência para o restante da população. Atualiza-

se o mito da “punhalada nas costas” para deslocar contra a república a responsabilidade pela derrota na Primeira Guerra, que já preparava para a Segunda. O nazismo já nasce com a guerra como horizonte imediato, combinando traços racistas, militaristas, anti-semitas e expansionistas. Através da construção imaginária de uma nação una e indivisível, camuflando a luta de classes operando uma transmutação relativa para formar solidariedades artificiais de guerra, forjando o imaginário de uma nação acima das classes pronta para combater o inimigo externo. Sobre Jünger e a formação específica do nacionalismo alemão da década de 20-30, Benjamin aponta que:

“O que se formou aqui, a princípio sob a máscara do voluntário, na Guerra Mundial, e depois sob a do mercenário, no pós-Guerra, é na verdade o confiável guerreiro fascista na luta de classes; e o que os autores entendem por nação é uma classe dominante apoiada nessa corporação, uma classe que não precisa prestar contas a ninguém e muito menos a si mesma, imperando nas alturas, com os traços de esfinge do produtor, que em breve promete ser o único consumidor de suas mercadorias. Com essa fisionomia de esfinge, a nação dos fascistas constituiu-se, ao lado do antigo mistério da natureza, num novo mistério, econômico, o qual, longe de iluminar-se com a luz da técnica, ostenta agora seus traços mais ameaçadores. No paralelograma de forças constituído pela natureza e pela nação, a diagonal é a guerra” (BENJAMIN, 1986 [1930], p. 136).

Benjamin vê na ideologia combatente que não se dissipou na Primeira Guerra o correspondente imediato da formação do exército de mercenários sob o signo dos Corpos Francos (*Freikorps*), tendo sua permanência histórica garantida até o momento em que a próxima guerra iria estourar, a soldo da grande burguesia e prestando já durante a década de 20 todo tipo de serviços ao status quo na contrarrevolução e ao fascismo em formação. Embora vivessem de um soldo relativamente alto da grande burguesia, sua formação sob os cuidados do militarismo prussiano, não fez destes meros empregados, mas “engenheiros da guerra, a serviço da classe dominante, eles são a contrapartida dos altos funcionários do colarinho branco” (BENJAMIN, 1986 [1930], p. 136).

Na leitura de Benjamin, Ao mesmo tempo em que haviam sido criados meios técnicos que permitiriam eliminar as mazelas mais imediatas que recaem sob a imensa maioria da humanidade, esses meios técnicos parecem se converter em forças mítico-destrutivas diante do imperialismo contemporâneo: “A guerra imperialista, em seu aspecto mais duro e mais funesto, é determinada também pela enorme discrepância

entre os gigantescos meios tecnológicos por um lado e um mínimo conhecimento moral desses meios, por outro” (BENJAMIN, 1986 [1930], p. 130). Sob o domínio da racionalidade instrumental, um pensamento e uma prática que ignoram as condições em que se dá o próprio exercício da técnica tende a contribuir em larga escala para que as forças produtivas transformem-se em forças destrutivas, e procure na técnica um refúgio moral para imiscuir-se de decisões sobre o contexto no qual o conhecimento dito técnico se insere. Essa percepção ultrapassa uma mera indignação moral, para apontar que aquela situação deveria ser mobilizada para analisar criticamente as características da sociedade burguesa em crise. Para Benjamin, “toda guerra futura é ao mesmo tempo uma insurreição da técnica querendo libertar-se do jugo da escravidão” (GS III, p. 238; BENJAMIN, 1986 [1930], p. 130).

III

São diversos os textos pós-1933 em que Benjamin se propõe a analisar criticamente o fascismo alemão, no qual o tema se faz presente de maneira direta e indireta. Além da constatação imediata da discussão compor o quadro sócio-histórico mais amplo no qual seus escritos estão inseridos, Benjamin intensifica o caráter crítico-interventivo dos mesmos. Por um lado seus escritos assumem a forma de um testemunho contra a barbárie, mas também de um chamado à ação na tentativa de intervir nos meios possíveis para evitar a catástrofe iminente com a qual a humanidade se defrontava.

Ainda em 1934, em conferência pronunciada no Instituto para o Estudo do Fascismo condena duramente a atitude logocrática do *establishment* acadêmico de então, que considerava como “ativismo” uma espécie de crença no reinado dos intelectuais. Para ele, esse tipo de ativismo tenta substituir a dialética histórica da atuação pelo mero estudo de categorias. Para Benjamin, em uma série de intervenções no tempo histórico de então, esse “vanguardismo” acadêmico é reacionário, pois jamais conseguirá se estabelecer como coletividade crendo apenas na força moral da inteligência. A tentativa de transformar esses vanguardistas em líderes políticos, como tenta Kurt Hiller, por meio de um parlamento de intelectuais vinculado a um suposto dom-quixotismo, pode até parecer simpático para alguns, mas posteriormente será nocivo. Para Benjamin, a questão decisiva para o intelectual comprometido com a transformação da realidade “se dá no campo da luta de classes, na qual se coloca ao lado do proletariado” (BENJAMIN, 1994 [1934], p.120)

Benjamin faz também uma dura repreensão da fotografia de então e da chamada

Nova Objetividade, que transformava a miséria em objeto de gozo estético e de consumo. A mercantilização da arte, do saber e da vida estavam centralmente no campo de suas preocupações naquele período, que Benjamin classificava como tempos de crise da mercadoria humana, conhecido como desemprego. Para ele, meramente enfraquecer a burguesia de dentro, como faz a “vanguarda” intelectual era insuficiente, sendo necessário o combate junto ao proletariado. Termina a conferência de 1934 com frases inquietantes: “A inteligência que fala em nome do fascismo *deve* desaparecer. A inteligência que o enfrenta, confiante de suas forças miraculosas *há* de desaparecer. Porque a luta revolucionária não se trava entre o capitalismo e a inteligência, mas entre o capitalismo e o proletariado” (BENJAMIN, 1994[1934], p. 136).

Já o seu conhecido ensaio sobre “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica” é formulado com o objetivo de tentar construir conceitos estéticos inapropriáveis para objetivos fascistas e que pudessem porventura ser úteis às exigências revolucionárias para enfrentar esse estado de coisas (BENJAMIN, 2012 [1936-39], p.10). Nesse ensaio, Benjamin procura analisar brevemente a composição social do fascismo, sua relação com a estrutura de classes da Alemanha de então, e sua especificidade diante da crise capitalista que libera forças destrutivas que expõe com nitidez a barbárie contida na civilização burguesa.

Segundo Benjamin, a proletarização e a formação de massas na Alemanha de seu tempo são dois aspectos do mesmo processo. O que o fascismo faz é uma tentativa de disciplinamento dessas massas proletarizadas, evitando com isso que haja qualquer perturbação ao regime de propriedade posto. Trata-se de permitir que tais massas se expressem enquanto massas, desde que a ordem posta não seja posta em xeque e que quaisquer reivindicações que toquem na estrutura social sejam contidas (BENJAMIN, 2012 [1936-39], p.32).

Em uma nota à segunda versão desse ensaio, Benjamin aprofunda um pouco essa reflexão, e procede à diferenciação entre massa no sentido nazi-fascista e classe (BENJAMIN, 2006, p. 129)⁴. O elemento fundamental para diferenciá-los é a percepção lukácsiana de consciência de classe, essencial para entender a passagem da classe em si para a classe para si. Para Benjamin, a consciência de classe do proletariado forma uma imagem de massa compacta apenas exteriormente, para os opressores. Em sua luta por liberação, a aparência de massa compacta se dissolve, e este passa a agir, numa ação

4 Reflexões desenvolvidas em: (VIEIRA, 2016, p.227-229).

singular, coletiva e múltipla ao mesmo tempo, distinguindo-se do mero aspecto reativo das massas fascistas. A solidariedade de classe leva à superação da oposição não-dialética entre indivíduo e massa. Para Benjamin, o modelo de massa compacta reativa é tipicamente pequeno-burguesa. A massa pequeno-burguesa é caracterizada por um elemento tendente à conservação, mediada pelo temor da proletarização que a leva, diante principalmente de situações de pressão e crise, a identificar-se com as classes dominantes. Ao mesmo tempo, o ressentimento diante de sua situação (caracterizada tendencialmente pelo desejo de adentrar nos círculos burgueses, aderindo aos discursos que imagina úteis para galgar esse caminho) e seu desejo de auto-conservação de sua posição desembocam geralmente num discurso de ódio direcionado a um bode expiatório, mobilizado nesse caso contra os judeus (mas também comunistas, não-arianos, homossexuais), e de exaltação da guerra (ibid p. 129; BOLLE, 1994, p. 232). Foi entre as chamadas “classes médias” e a pequena-burguesia que se deu o crescimento do nazismo a partir da crise econômica, mobilizando a rejeição aos efeitos da crise econômica e ao discurso liberal para uma saída reacionária. Benjamin também aponta a inserção do discurso nazista entre um contingente desesperado de desempregados (BENJAMIN, 2012 [1931], p. 382), e no direcionamento de parcelas de massas proletarizadas (BENJAMIN, 2012c [1935], p. 32)⁵.

Adotando o ângulo da crítica da economia política, Benjamin irá retomar as reflexões sobre a técnica que aparecem em sua resenha crítica sobre a obra de Jünger de 1930. Em um trecho extenso, em que também comenta o futurismo fascista do poeta italiano Marinetti, Benjamin faz as seguintes observações sobre os traços tecnocráticos do fascismo:

“Todos os esforços para estetizar a política culminam em um só lugar: a guerra. A guerra, somente a guerra, torna possível fornecer um objetivo a grandes movimentos de massa sem que sejam afetadas as relações de propriedade; eis como esses fatos podem ser compreendidos do ponto de vista político. Do ponto de vista técnico, podemos formulá-los da seguinte maneira: somente a guerra permite mobilizar o conjunto dos recursos técnicos atuais sem alterar as relações de propriedade. É óbvio que a apologia fascista da guerra não utiliza esse argumento. [...] Numa perspectiva dialética, a estética da guerra atual apresenta-se da seguinte maneira: como o uso natural das forças

5 Benjamin reforça o caráter pequeno-burguês do fascismo em (BENJAMIN, 1989[1937-38], p. 33-62), segundo a acertada leitura de Bolle, que faz entrecruzar as leituras históricas do tempo francês e alemão no livro sobre Baudelaire (1994, p. 101-103). Ver também: (BENJAMIN, 2007 [1937-1940], p. 391 [J 66, 1]). Sobre a composição social do fascismo, ver: (REICH, 1988).

produtivas vê-se bloqueado pelo regime de propriedade, os recursos técnicos, as velocidades e as fontes de energia, aumentados, buscam um uso antinatural. A guerra foi a solução encontrada. [...] Em suas características mais cruéis, a guerra imperialista é determinada pela discrepância entre os poderosos meios de produção e seu emprego insuficiente no processo produtivo (por causa do desemprego e da falta de mercados). *A guerra imperialista é uma rebelião da técnica, que reivindicava em 'material humano' o que lhe foi recusado pela sociedade em matérias naturais.* Em vez de canalizar rios, conduz a corrente humana ao leito das trincheiras; em vez de usar os aviões para semear a terra, semeia explosões sobre as cidades, e nas armas químicas encontrou uma nova forma de liquidar a aura.

'Fiat arts – pereat mundus' [Faça-se a arte – pereça o mundo], diz o fascismo. Como confessava Marinetti, ele deseja que a guerra proporcione satisfação artística a uma percepção sensível modificada pela técnica. Aí está, evidentemente, a mais perfeita forma de arte pela arte. A humanidade, que na época de Homero era um espetáculo para os deuses do Olimpo, agora se transforma em um espetáculo para si mesma. Sua autoalienação chegou a um ponto que lhe permite vivenciar a própria destruição como um prazer estético de primeira ordem. *Eis a estetização da política, como empreendida pelo fascismo*” (BENJAMIN, 2012c [1935], p. 33-34⁶).

A guerra aqui aparece articulada tanto ao processo de acumulação, quanto ao processo de reprodução de uma forma social, possuindo também uma função ideológica. Diante da crise de superprodução e das irracionalidades globais do próprio capitalismo, amplia-se entre as classes dominantes o desejo de novos espaços para o

6 A acepção de Benjamin sobre a técnica parece ter afinidades aqui com a discussão proposta por Marx e Engels sobre a relação entre as forças produtivas no capitalismo e sua apropriação privada pelas classes dominantes. Benjamin parece ter em mente a seguinte passagem de Marx e Engels no “Manifesto Comunista”, texto que no início do ensaio cita indiretamente, quando estes autores se referem à relação entre crise e barbárie: “As crises comerciais, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos já fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já desenvolvidas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. Subitamente, a sociedade vê-se reconduzida a um estado de barbárie momentânea. Dir-se-ia que a fome ou uma guerra de extermínio cortaram-lhe todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações de propriedade burguesa; pelo contrário, tornaram-se por demais poderosas para essas condições, que passam a entravá-las; e assim que se libertam desses entraves, precipitam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; De outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las”. (MARX & ENGELS, s/d, p. 26; MARX & ENGELS, 2007, p. 45).

escoamento do excedente de capitais a procura de valorização, intensificando a disputa inter-imperialista e reforçada pela mística nacionalista que deseja vingança da derrota anterior. A técnica evidentemente não age de maneira autônoma, e existe enquanto relação social vinculada às relações de propriedade e de classe existentes. A disputa por novos espaços a serem explorados amplia-se entre as potências imperialistas, no qual o mundo e a natureza não parecem ser mais limites, e diante da intensificação da capacidade de criação destrutiva. Com a ampliação tendencial do poder do capital financeiro, intensifica-se a busca por valorização do chamado capital portador de juros, que encontra na destruição-reconstrução um meio central de expandir-se. Com a corrida armamentista em escala global experimentada desde 1914-1918, a guerra torna-se um meio de escoação de capitais, tanto através do complexo bélico-armamentista como do complexo de indústrias derivadas que fornecem os produtos essenciais de uma economia de guerra. Torna-se um meio de implementar a criação destrutiva de forma a impulsionar a destruição de forças produtivas (que convertem-se diante desse tipo de crise em forças de destruição, por isso Benjamin se utiliza da metáfora da rebelião da técnica) novos métodos de acumulação e ampliação da monopolização da economia. O fascismo aparece como a liberação das forças destrutivas produzidas pela civilização burguesa em crise de forma a manter a acumulação capitalista em funcionamento.

A guerra também fornece um objetivo às massas típicas do nazi-fascismo. Machismo e racismo se articulam, na exaltação à virilidade e à raça superior pronta para o combate, reproduzindo interna e externamente um inimigo. A guerra torna-se espetáculo em sentido próprio, seja na literatura ou na propaganda cotidiana, promovendo a exaltação de líderes, heróis e da estética da guerra. A adesão ou o alistamento compulsório são proclamados na idealização das condições que serão encontradas, enquanto o espetáculo interno pretende transmitir internamente a imagem de que as coisas correm bem, enquanto a sociedade desmorona, mas se mantém. Impele-se à alienação, à aceitação passiva desse processo, e à adesão subjetiva à barbárie, criando círculos viciosos no qual se entra em níveis cada vez mais aprofundados de destruição (MENEGAT, 2006, p.34). A mistificação nacionalista da guerra pretende sufocar qualquer luta contra a exploração e a dominação interna e externa, reforçando as relações de propriedade atualmente existentes.

Seus escritos sobre a Paris do Século XIX no trabalho sobre as “Passagens”, iniciados em fins dos anos 20, passam a ser atravessados cada vez mais pelo tema, no qual essa ida ao passado não é dissociada dos problemas do presente. Como lembra em

uma carta à Adorno, seus escritos sobre Paris também procuram compreender “as experiências que todos nós fizemos nos últimos 15 anos”(BENJAMIN, 2012b [1938], p.413). Seus escritos franceses, ainda que analisando a Paris do século XIX, guardam um profundo vínculo com os acontecimentos que marcam a derrocada de Weimar. Benjamin vai ao passado para procurar entender e intervir no tempo presente, buscando tornar legível um processo histórico-político muito próximo: “a passagem de um Estado republicano burguês (a República de Weimar) para uma ditadura fascista (o Terceiro Reich)” (BOLLE, 1994, p.70).

É nesse percurso que surgem em seus escritos sobre Baudelaire observações que não se referem somente à Paris do Segundo Império. Ao analisar a formação de um projeto de cidade mercantil e militar do qual a Paris “cidade luz” é um laboratório, Benjamin está interessado em analisar o processo pelo qual a forma-mercadoria é capaz de modelar a realidade social, objetiva e subjetivamente. Benjamin a torna um dos eixos de análise dos trechos dos textos sobre Baudelaire que discutem o Estado e o direito, como forma de indicar as transformações pelas quais passa a França e especificamente Paris durante o Segundo Império. Para Benjamin, é típico das ditaduras bonapartistas – o regime político específico do que Benjamin chama de “Estados totalitários” (BENJAMIN, 1989 [1937-38], p. 58) – a “racionalização” ideológico-política dirigida das grandes aglomerações promovidas pela economia mercantil, que dispõe os sujeitos isolados em seu mero interesse privado num espaço-tempo.

IV

Concluo esse ensaio com algumas observações sobre seu último escrito, as teses “Sobre o conceito de história”, de 1940, quando Benjamin retoma a discussão sobre o fascismo na oitava tese:

“A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de exceção' em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um estado de exceção efetivo [*wirklich*]; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX 'ainda' sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável” (BENJAMIN, 1994 [1940], p.226; GS I, p.697)

A primeira frase dessa tese pode ser lida de 3 formas complementares. Em

primeiro lugar, é certamente uma denúncia conjuntural relacionada ao aprofundamento da dominação nazi-fascista na Alemanha, na Europa e para além desse continente. O estado de exceção convertido em técnica regular de governo passara a ser uma das estratégias de governo implementadas por Hitler desde 1933, e que era agora nítido aos olhos de todos, com o aprisionamento e a perseguição massivas que se articulavam à produção de uma indústria dos campos de concentração. O mundo havia sido empurrado para uma nova guerra de proporções mundiais pelos apetites imperialistas promovendo uma catástrofe social iminente.

A segunda forma pela qual a frase que abre essa tese pode ser lida é relacionada a uma crítica ao jurista alemão Carl Schmitt, que prestou serviços ao fascismo alemão e com quem Benjamin esteve envolvido em um debate antagônico desde os anos 20. Em sua “Teologia Política” Schmitt faz da exceção o eixo de compreensão do direito, reconhecendo no poder soberano (posteriormente identificado historicamente no presidente do Reich) a capacidade de produzir uma zona de indistinção entre norma e exceção como método contrarrevolucionário de conservação da ordem. Benjamin inverte o teorema schmittiano (AGAMBEN, 2004, p. 90-92), segundo o qual a regra vive da exceção, indicando que a exceção tornou-se a regra geral e o fascismo alemão explicita isso. Trata-se da forma própria da catástrofe contínua da dominação.

A frase ainda porta um sentido mais profundo, e é uma formulação sobre a filosofia da história. Ela indica que se olharmos a história do ponto de vista dos oprimidos e dos vencidos (os espoliados, os colonizados, negros, mulheres, homossexuais e indígenas, e a articulação material entre tais realidades) veremos que a não-liberdade é a regra. Essa imagem desmonta a projeção idealizada de uma civilização europeia esclarecida e como contendo um pretensão democratismo que lhe é inerente. O nazi-fascismo explicitava no continente europeu as práticas regulares de tortura e barbárie realizadas no processo de colonização: “a história colonialista dos povos europeus começa com o processo pavoroso da conquista que transforma todo o novo mundo conquistado numa câmara de tortura. A colisão da soldadesca espanhola com os enormes tesouros de ouro e prata da América produziu uma disposição mental da qual ninguém consegue se inteirar sem ficar horrorizado” (BENJAMIN, 2013 [1929], p.171). Nesse sentido, a tese guarda uma relação profunda com a tese que a precede, e indica que a barbárie não é meramente um estágio de regressão civilizacional, mas está contida nas próprias condições de reprodução da civilização burguesa. Cabe ao historiador materialista preocupar-se com os farrapos da história,

com as histórias não-contadas daqueles que soterraram na apologia triunfante do progresso como norma histórica.

Também perpassam as teses, reaparecendo na oitava, críticas ao marxismo vulgar da social-democracia alemã e do stalinismo soviético, segundo Benjamin também tributários de uma concepção dogmática de história pautada no progresso. Tais concepções, apesar de suas diferenças, protelam indefinidamente a emancipação dos trabalhadores para aderirem a uma concepção etapista da história, que desemboca numa percepção linear e vazia do tempo. Ao abdicar do tempo-agora (tese 14) como momento próprio da construção da história, pavimentam o caminho para a contrarrevolução e passam a agir eles próprios como sentinelas da contrarrevolução. Para Benjamin, o fascismo “se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica”.

Mas as teses, apesar de toda a conjuntura trágica que as fez nascer, também anunciam a possibilidade de novos tempos revolucionários (BERCOVICI, 2008, p.343). Em certa medida a noção de “estado de exceção efetivo” formulada em 1940 retomam as reflexões propostas em sua “Crítica da Violência – Crítica do Poder” e o problema da abolição da forma-jurídica e da conquista da emancipação do trabalho vivo. As teses são um documento rico de referências históricas para a compreensão ativa de um porvir possível. Da crítica à colonização latino-americana à luta dos insurretos na França da década de 1830. Da rebelião dos escravos em Roma ao papel da Liga Espartaquista ao retomar como possibilidade histórica a abolição da escravização do trabalho pelo capital. Da Revolução Francesa à Comuna de Paris. Sob a forma de imagens dialéticas que rememoradas coletivamente na luta da classe combatente e oprimida podem despertar no passado as centelhas de esperança de construção de um tempo suturado de “agora” como momento autêntico de afirmação histórica.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio (2004). *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- BENJAMIN, Walter (1994). *Mágia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas Vol. I*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____ (2012). *The correspondence of Walter Benjamin*. ADORNO, Theodor & SCHOLEM, Gershom (Org.) Chicago: University of Chicago Press, 2012.
- _____ (1986). *Documentos de Cultura – Documentos de Barbárie* (Org. e Trad. Willi Bolle). São Paulo: Cultrix, 1986.
- _____ (2004, 2005, 2005b, 2006, 2006b). *Selected Writings Vols. I, II-1, II-2, III*

- and IV. Massachusetts/ London: Harvard University Press, 1996.
- _____(1989). *Charles Baudelaire: Um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____(2013). *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____(2012b). ADORNO, Theodor. *Correspondência 1928-1940*. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.
- _____(2012c). *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. In: BENJAMIN, Walter et al. *Benjamin e a obra de arte*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- _____(GS). *Gesammelte Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp, 1972-1989. 7 v.
- BERCOVICI, Gilberto. *Soberania e Constituição: Para uma crítica do constitucionalismo*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- BOLLE, Willi(1994). *Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: EdUSP, 1994.
- _____(1984). *Tableaux Berlinoises (Walter Benjamin e a cultura da República de Weimar)*. Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Letras da FFLCH/USP. USP, 1984.
- _____(1986). *Introdução*. In: BENJAMIN, Walter. *Documentos de Cultura – Documentos de Barbárie*. São Paulo: Cultrix, 1986.
- BROUË, Pierre (2005). *The German Revolution (1917-1923)*. Boston: Brill, 2005.
- EILAND, Howard & JENNINGS, Michael (2014). *Walter Benjamin: A critical life*. Massachusetts: Harvard University Press, 2014.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- FENVES, Peter. *The messianic reduction: Walter Benjamin and the shape of time*. California: Stanford University Press, 2011.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie (2014). *Limiar, Aura e Rememoração*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- JACOBSON, Eric. *Metaphysics of the Profane: The political theology of Walter Benjamin and Gershom Scholem*. New York: Columbia University Press, 2003.
- LOUREIRO, Isabel (2005). *A Revolução Alemã, 1918-1923*. São Paulo: UNESP, 2005.
- LÖWY, Michael (2008). *Romantismo e messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- LUXEMBURGO, Rosa (2011 e 2011b). *Obras Escolhidas Vol. I e II*. São Paulo: Unesp, 2011.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *As origens do fascismo*. São Paulo: Alameda, 2010.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (s/d). *Obras Escolhidas Vol. I*. São Paulo: Editora Alfa e Ômega, s/d.
- MENEGAT, Marildo. *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SCHOLEM, Gershom (2008). *Walter Benjamin: A história de uma amizade*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- TROELTSCH, Ernst (1994). *Die Welle von rechts. [Artikel vom 19/12/1919]*. In: *Die Fehlgeburt einer Republik. Spektator in Berlin 1918 bis 1922*. Frankfurt am Main: 1994, p. 99-106.
- VIEIRA, Rafael. *Walter Benjamin: O direito, a política e a ascensão e colapso da República de Weimar (1918/9-1933)*. Tese de doutorado em Direito orientada pela profa. Bethânia Assy. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2016.
- WEBER, Max (2010). *Ciência e Política: Duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1984.
- WIZISLA, Erdmut. *Benjamin e Brecht: História de uma amizade*. São Paulo: EdUSP, 2013.